

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM TERRITÓRIOS INDÍGENAS DO AMAZONAS: AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE FORMAÇÃO DOS AGENTES INDÍGENAS DE SAÚDE (AIS)

Salatiel da Rocha Gomes-Universidade de Passo Fundo, Rs. Email: salatielrocha@yahoo.com.br

Samanta Santos da Vara Vanini - Universidade de Passo Fundo, Rs. Email: 175554@upf.br

Viviane Fátima Lima do Prado - Universidade de Passo Fundo, Rs. Email: 70050@upf.br

Introdução

Trata-se de um artigo texto que apresenta a avaliação de uma ação específica da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Amazonas, a saber, a realização de um curso de qualificação voltado para Agentes Indígenas de Saúde (AIS), voltado a trabalhadores de saúde que já atuavam na função, mas que não tinham formação específica. A iniciativa contemplou a oferta de 1.530 vagas, distribuídas em 59 turmas dos sete Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI) do Amazonas, no período de 2018 a 2020.

O curso, com carga horária de 500 horas, foi estruturado em 3 unidades temáticas/módulos: Promoção da saúde no território indígena (140 horas), Processo de trabalho do agente indígena de saúde (120 horas) e Ações de prevenção a agravos e doenças e de recuperação da saúde dos povos indígenas (240 horas) e foi desenvolvido por duas instituições públicas do Amazonas, em parceria e apoio da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), a Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES) e os DSEIs do Amazonas.

Descreveremos, como recorte metodológico, duas reflexões realizadas a partir do programa de qualificação para os Agentes Indígenas de Saúde: a avaliação do currículo e a avaliação do processo formativo na perspectiva dos docentes.

Metodologia

Utilizamos a pesquisa documental com abordagem qualitativa, analisando documentos como a ficha de avaliação do docente, o projeto pedagógico do curso (PPC) e os relatórios pedagógicos parcial e final do curso. A partir das respostas dos professores no formulário de avaliação docente, disponibilizado pela coordenação do curso, aplicou-

se a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2016). O processo de análise seguiu as etapas de pré-análise das respostas, seguido pela categorização dos dados, o que possibilitou a sistematização das informações de forma estruturada e compreensível, permitindo uma interpretação dos resultados da avaliação do curso.

Resultados e discussões

Como documento norteador, o PPC deve refletir uma construção coletiva e democrática, envolvendo os diversos atores que participam do curso. A análise documental realizada do Projeto Pedagógico de Curso (PPC), conforme Cetam (2018) evidenciou avanços e limitações no planejamento da formação em serviço para Agentes Indígenas de Saúde (AIS). O documento e os relatórios de acompanhamento do curso apontam que sua elaboração foi realizada de forma coletiva, mas restringiu-se à participação de coordenadores das instituições formadoras. A ausência de contribuições das equipes dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) e dos próprios agentes indígenas revela uma fragilidade estrutural no processo de construção do PPC, que desconsiderou perspectivas essenciais para contextualizar a formação às especificidades territoriais e culturais do Amazonas.

No que se refere ao conteúdo das unidades curriculares, a análise aponta que estas reproduzem fielmente os elementos das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), conforme consta em Brasil (2017), sem considerar as particularidades dos territórios indígenas amazônicos ou dos processos de trabalho dos agentes. Por outro lado, o PPC incorpora importantes princípios pedagógicos previstos na Diretrizes Curriculares da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), como a indissociabilidade entre teoria e prática, a interdisciplinaridade e a promoção de uma aprendizagem significativa (Brasil, 2021).

A análise dos apontamentos dos docentes acerca do curso de qualificação, baseou-se nas fichas de avaliação preenchidas ao final de cada módulo do curso. Entre as questões abordadas na ficha, destacam-se o alcance dos objetivos pedagógicos do curso em relação à turma, as sugestões e críticas dos docentes sobre o planejamento e a condução das

atividades, bem como considerações referentes a questões logísticas, como alimentação, transporte, moradia e as condições de infraestrutura dos espaços utilizados¹.

Após a leitura das avaliações realizadas pelos docentes, a qual tinha questões subjetivas e objetivas, elaboramos a tabela a seguir que sintetiza os principais indicadores apontados pelos mesmos durante o último módulo do curso e em todos os 7 (sete) DSEIS onde o curso foi realizado. Escolheu-se, como recorte metodológico, o último módulo por ser o de maior carga horária.

Quadro 1: Categorização da avaliação dos docentes quanto ao curso

Indicador	Quantidade	%
Curso foi realizado com total apoio, envolvimento e infraestrutura adequada, além dos recursos pedagógicos disponíveis para as aulas.	17	40%
Curso foi relevante, mas apresentou problemas com logística, alimentação e estrutura inadequada	8	19%
Curso foi bastante significativo e relevante, mas apresentou problemas com falta de recursos didáticos ou com a falta de instrumentos do trabalho que os AIS utilizam no dia-a-dia.	7	16%
Curso possibilitou uma experiência profissional e pessoal significativa aos docentes e alunos.	4	9,5%
Curso foi importante e com qualidade, mas apresentou problemas referente ao cansaço dos alunos devido à carga horária extensa do módulo (160 horas presenciais) e tempo diário de estudo (entre 8 a 10 horas)	4	9,5%
Curso foi realizado com qualidade e envolvimento das turmas, mas houve problemas no desenvolvimento das atividades práticas.	1	2%
A qualidade do curso ficou comprometida por conta da baixa escolaridade dos alunos e por alguns só falarem a língua materna.	1	2%
A qualidade do curso ficou comprometida por conta da linguagem dos livros didáticos, por ser de difícil compreensão aos alunos.	1	2%

Fonte: Elaboração dos autores

Os dados apresentados evidenciam uma diversidade de apontamentos sobre o curso a partir da visão dos docentes, com destaque para o apoio, a infraestrutura e os recursos pedagógicos adequados, mencionados por 40% dos respondentes. Apesar disso, 19% apontaram problemas logísticos, de alimentação e de estrutura, enquanto 16%

¹ Por se deslocarem de suas aldeias aos polos de formação, cada DSEI ficou responsável por proporcionar uma estrutura de logística, hospedagem e alimentação aos trabalhadores/estudantes.

relataram dificuldades relacionadas à falta de recursos didáticos ou instrumentos de trabalho, o que ressalta desafios operacionais importantes na organização e execução do curso.

Quanto aos aspectos quantitativos da avaliação realizada pelos docentes, os dados foram coletados com base nos critérios definidos no formulário utilizado. Dos 59 professores que atuaram no último módulo, identificamos que apenas 49 entregaram o formulário preenchido à coordenação. Os dados demonstrados nos formulários apontam que o curso foi bem avaliado pelos docentes, especialmente no que se refere ao alcance dos objetivos e ao engajamento da turma.

A limitação dos instrumentos de acompanhamento pedagógico apenas a formulários com questões pré-definidas nos leva a indagar sobre os impactos dessa escolha na efetividade da formação. Até que ponto a avaliação realizada foi capaz de dialogar com as especificidades dos participantes e com as singularidades de seus territórios? A ausência de métodos qualitativos pode silenciar demandas não atendidas, lacunas pedagógicas ou até mesmo narrativas trazidas pelos próprios agentes no curso de sua formação.

A avaliação diagnóstica, caracterizada por vários encontros de alinhamento institucional, destacou um esforço inicial de mapear todas as condições necessárias para o sucesso do programa. O curso demonstrou resultados positivos em termos de conclusão, mas também indicou a necessidade de ajustes contínuos no suporte e acompanhamento.

Considerações Finais

A análise do processo formativo de Agentes Indígenas de Saúde (AIS) no Amazonas evidencia a complexidade e os desafios de implementar uma formação profissional em serviço em contextos marcados pela diversidade cultural e territorial. Embora o curso tenha sido estruturado com base em diretrizes curriculares nacionais e seguido princípios pedagógicos importantes, como a indissociabilidade entre teoria e prática e a aprendizagem significativa, a ausência de maior participação dos próprios agentes e das equipes dos DSEIs na construção do projeto pedagógico revela uma lacuna importante.

Ressalta-se, ainda, a importância de combinar abordagens quantitativas e qualitativas para reconhecer as múltiplas experiências formativas. Consideramos que

métodos que promovam a escuta ativa e o diálogo, como rodas de conversa e registros reflexivos, podem enriquecer a compreensão sobre os impactos do curso e fornecer subsídios mais profundos para o aprimoramento contínuo da formação.

Os resultados obtidos e as reflexões desenvolvidas ao longo deste estudo têm o potencial de subsidiar a implementação dessa formação em todos os demais DSEIs do Brasil, atendendo à intencionalidade expressa pelos representantes do Ministério da Saúde, conforme apontado no relatório final do curso. Avaliar programas como este não apenas contribui para a qualificação dos processos formativos, mas também fortalece as bases para uma implementação mais eficiente e alinhada às especificidades regionais em outros estados, promovendo melhorias contínuas na formação dos Agentes Indígenas de Saúde em todo o país.

Referências

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Agente Indígena de Saúde e Agente Indígena de Saneamento**: diretrizes e orientações para a qualificação. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

BRASIL. **Resolução CNE/CP n.º 01, de 5 de janeiro de 2021**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, 2021.

CETAM. **Projeto Pedagógico de Curso: Agentes Indígenas de Saúde**. Manaus: Diretoria Acadêmica, 2018.